

1 **Ata da 50ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades realizada nos dias 30 de**
2 **novembro, 1º e 2 de dezembro de 2016 – Brasília-DF.**

3
4 No dia 30 de novembro de 2016, no auditório do Ministério das Cidades, nesta cidade,
5 deu-se início aos trabalhos da 50ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades –
6 ConCidades. **1.** A reunião foi aberta pelo Secretário Executivo do Conselho das
7 Cidades, Ariel Pares, que compôs a mesa junto com o Secretário Executivo do
8 Ministério das Cidades, Luciano Oliva Patrício, e um representante de cada segmento
9 do Conselho das Cidades. **2.** A ata da 49ª Reunião do Conselho das Cidades foi
10 aprovada, sendo anexada a ela a carta do Conselho das Cidades apresentada durante a
11 49ª Reunião do ConCidades - “Defesa à Reforma Urbana e ao Direito à Cidade”. **5.** A
12 pauta da reunião foi aprovada. **ANDAMENTO DAS RESOLUÇÕES:** A Resolução
13 Normativa nº 21, de 21 de julho de 2016 que “Aprova alterações no Regimento da 6ª
14 Conferência das Cidades que estende os prazos para Etapa Municipal da 6º
15 Conferência” está em tramitação. **TEMA DE CONJUNTURA:** A reunião prosseguiu
16 com o Tema de Conjuntura “Política Econômica do governo e seus impactos na Política
17 de Desenvolvimento Urbano no Brasil”, com a participação do Secretário Executivo
18 desta pasta e do Professor da Universidade de Brasília, Benny Schavsberg. Após a
19 apresentação foi aberta a palavra para o plenário. **RENÚNCIA:** Durante os debates
20 sobre o tema da análise de conjuntura os Conselheiros Alexandre Henrique Queiroz,
21 Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC e Aécio Barbosa,
22 Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, ambos
23 representantes do segmento Organizações Não Governamentais, renunciaram, por suas
24 entidades, o mandato no Conselho das Cidades, justificaram o ato citando a falta de
25 apoio do Ministério das Cidades, alegando ainda que este não é mais o espaço
26 democrático que se espera. **DEBATE SOBRE 6ª CONFERÊNCIA NACIONAL**
27 **DAS CIDADES - 6ª CNC.** Ariel Pares iniciou o debate informando que não há
28 previsão de recursos orçamentários para realizar a 6ª CNC em 2017, ponderou que o
29 Ministro se empenhará em buscar esses recursos durante o próximo ano, mas, nesse
30 momento, não é possível a realização da Conferência na data prevista. Abriu para a
31 manifestação do plenário, após algumas intervenções houve o consenso para realização
32 de uma reunião, com grupo menor, que ficou então marcada para o dia seguinte, 1º de
33 dezembro, às 10h. **1º DEZEMBRO 9H30 - INFORME SOBRE A CONFERÊNCIA**
34 **HABITAT-III:** O informe foi iniciado com a apresentação da servidora Isabela
35 Sbampato, sobre o texto da Nova Agenda Urbana aprovado em Quito. O informe teve
36 seguimento com a participação de Eduardo Cosme, Central de Movimentos Populares, o
37 conselheiro informou que além da agenda oficial da ONU aconteceram também eventos
38 paralelos, em um desses eventos houve um tribunal contra despejos, havendo também,
39 uma defesa ampla da família e do direito à moradia. No caso específico do Brasil, falou-
40 se da ocupação da região de Izidora, em Belo Horizonte – MG, desencadeando, assim, a
41 campanha “DESPEJO ZERO”. A Conselheira Julieta Aparecida também participou de
42 um fórum paralelo, em Quito, no qual foi formulado um documento importante da
43 participação do Brasil e dos movimentos populares a conselheira requisitou que este
44 documento fosse reconhecido pelo Conselho. O Conselheiro Carlos Roberto Comasseto,
45 Frente Nacional de Vereadores pela Reforma Urbana, explicou que há três fases da
46 Conferência Habitat III, o antes, durante e depois da conferência, e que o Conselho das
47 Cidades participou do antes e durante da Habitat III, o Conselheiro defendeu que tem
48 que haver um “pós conferência” com o intuito de se discutir como vai se dar a
49 implementação da Nova Agenda Urbana por parte do Ministério das Cidades com
50 participação deste Conselho. O Conselheiro Eduardo solicitou que fossem divulgadas

51 duas cartas resultantes de encontro com o Papa Francisco e os Movimentos Populares.
52 O secretário deu por encerrado o Informe. **2 DE DEZEMBRO 9H. CONFERÊNCIA**
53 **NACIONAL DAS CIDADES:** O Secretário Executivo do Conselho das Cidades deu
54 início ao último dia de reunião sinalizando a intenção do Ministério das Cidades de
55 realizar a 6ª CNC, mas que há possibilidade de seu adiamento em virtude das
56 circunstâncias financeiras. Em seguida abriu para manifestações e considerações do
57 plenário. Foram feitos questionamentos sobre o mandato dos conselheiros; no caso de
58 adiamento da conferência será prorrogado o mandato dos conselheiros? A maioria dos
59 conselheiros e suas respectivas entidades se manifestaram contrários ao adiamento da 6ª
60 CNC e expressaram que o limite para prorrogação seria o ano de 2017. O Conselheiro
61 Miguel Lobato sugeriu reunião de sistematização ainda neste mês de dezembro/2016
62 visando a elaboração do documento de metodologia para as Conferências Estaduais. Foi
63 requisitado, também, que a Reunião do Conselho fosse antecipada para o final de
64 janeiro/2017. **RESOLUÇÕES:** **1.** Foi aprovada Resolução Recomendada que “Dispõe
65 sobre recomendação de retirada da Câmara dos Deputados da Medida Provisória
66 751/2016, que institui o Programa Cartão Reforma” **2.** Foi aprovada Resolução que
67 “Recomenda os conteúdos mínimos dos Planos de Mobilidade Urbana previstos na Lei
68 nº 12.587/2012, que Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.”
69 **3.** Foi aprovada a Resolução que “Recomenda ao Ministério das Cidades alterar Portaria
70 nº 326 de 18 de julho de 2016 ampliando a composição e forma de trabalho do Grupo
71 de Trabalho denominado “Rumos da Política Nacional de Regularização Fundiária –
72 GTRPNRF.” **4.** Foi aprovada a Resolução que “Recomenda ao Ministério das Cidades e
73 a Casa Civil da Presidência da República que seja criada a Política Nacional de
74 Supervisão Regulatória da área de Saneamento Básico”. **5.** Foi aprovada a Resolução
75 que “Recomenda ao Ministério das Cidades que realiza Seminário Nacional de
76 Comemoração dos 10 anos da Lei 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para
77 o saneamento básico, no ano de 2017. **MOÇÕES:** **1.** Foi aprovada Moção de Repúdio
78 ao Ministério das Cidades pela omissão e descaso no tocante a realização da 6ª CNC. **2.**
79 Foi aprovada Moção de Repúdio à paulatina retirada dos debates públicos das instâncias
80 de participação e exige que qualquer ação que busque alterar a Política Nacional de
81 Regularização Fundiária seja realizada em conjunto com o Comitê Técnico de
82 Planejamento e Gestão do Solo Urbano do Conselho das Cidades. **3.** Foi aprovada a
83 Moção de Apoio à decisão tomada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico
84 Nacional – IPHAN no caso referente ao Condomínio “La Vue”. **4.** Foi aprovada a
85 Moção contrária à proposta de criação da Agência Federal de Regulação do Setor de
86 Saneamento no Brasil. **5.** Foi aprovada a Moção de Solidariedade às famílias da
87 comunidade Artur Bernardes que estão na luta pelo Direito Constitucional à moradia.
88 **RELATO DO COMITÊ TÉCNICO DE HABITAÇÃO:** Foi realizada a apresentação
89 dos seguintes pontos: **1.** Apresentação do Cartão Reforma. **2.** Apresentação do balanço
90 de execução do Programa Minha Casa Minha Vida- PMCMV, inclusive Faixa 1,5, e
91 metas 2017. **3.** Apresentação do Balanço execução PAC 2016. **4.** Informe sobre o
92 Habitat III pela Secretária Nacional de Habitação Henriqueta Arantes. **5.** Balanço do
93 PMCMV Entidades. A conselheira Socorro solicitou que ficasse registrada a posição de
94 sua entidade de que qualquer programa e operação referente à habitação deve ser levado
95 ao CTH. **RELATO DO COMITÊ TÉCNICO DE MOBILIDADE:** Foram
96 apresentados os seguintes pontos: **1.** Apresentação da Associação Nacional dos
97 Transportadores de Passageiros sobre Trilhos – ANPTrilhos, visando atender aspectos
98 técnicos do seguinte item da pauta: custo da energia do transporte público sobre trilhos.
99 O assunto será debatido, inclusive, com maior detalhamento, em reunião marcada para
100 fevereiro/2017, por ser um assunto importante dentro do Comitê. **2.** Grande parte do

101 tempo, da reunião do Comitê, foi despendida na formulação da resolução que
102 recomenda os conteúdos mínimos do Plano de Mobilidade Urbana previstos na Lei nº
103 12.587/2012. **3.** Foi discutida, também, a pauta da próxima reunião: a) balanço dos
104 projetos da Secretaria e discussões e apresentações de dados do orçamento; b) Custos do
105 transporte sobre trilhos e c) propostas que o Conselho fez para o pacto da Mobilidade
106 Urbana. **4.** Conselheira Marly solicitou que na próxima reunião fossem informados os
107 números de mortes decorrentes de acidentes de moto e uma apresentação de estudo do
108 que significa a moto como sistema de transporte nas pequenas cidades do país.

109 **RELATO DO COMITÊ TÉCNICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL: 1.**
110 Informe sobre a Conferência Habitat III, incluindo a Nova Agenda Urbana, em especial
111 a inclusão do termo “Direito à Cidade” e o Direito ao Saneamento Básico. **2.** Informe
112 sobre o relatório preliminar de avaliação do Plano Nacional de Saneamento Básico –
113 PLANSAB, referente ao ano de 2015, que aponta bons resultados do saneamento em
114 2015. **3.** Foi informado que a secretaria por orientação do Grupo de Trabalho
115 interministerial de avaliação do PLANSAB realizou pesquisa junto aos estados para
116 apurar de que maneira os governos estaduais estão cumprindo as metas do referido
117 plano. **4.** Foi debatido sobre a constituição de Agência Federal de Regulação em
118 Saneamento Básico, que foi objeto de Moção aprovada pelo Pleno. **5.** Exposição sobre o
119 Plano de Parceria de Investimento - PPI na área de Saneamento Básico. **6.** Apresentação
120 de cartilha que visa orientar as prefeituras municipais que tenham interesse em
121 implantar o controle social em Saneamento Básico e que carecem de melhor
122 esclarecimento sobre os dispositivos da Lei Nacional do Saneamento Básico,
123 documento este que será publicado em breve. **7.** A conselheira Amélia lembrou que
124 durante o debate de supervisão regulatória houve uma discussão sobre a importância da
125 casa civil, deste Conselho e do Comitê Técnico de Saneamento e a importância da
126 formação de um grupo de trabalho, com um representante de cada segmento, para fazer
127 um debate com a Casa Civil sobre políticas públicas de saneamento básico. A
128 conselheira ponderou que estas políticas devem ser gestadas, discutidas e aprovadas em
129 conjunto com o Conselho das Cidades. Ernani Moreira, diretor de articulação
130 institucional, informou que o Secretário agendará uma reunião com a Casa Civil para
131 que o grupo de trabalho possa conversar sobre o assunto. **RELATO DO COMITÊ**
132 **TÉCNICO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO SOLO URBANO: 1.** Relato
133 dos dados referentes à Regularização Fundiária no Brasil. **2.** Apresentação da rede
134 urbana brasileira, bem como o histórico da Política Urbana Nacional. **3.** Informe sobre a
135 Habitat III. **4.** Resolução PEUC e IPTU progressivo. Foi solicitado que o tema “IPTU
136 progressivo” fosse objeto de pauta da próxima reunião. **5.** Foi apresentada a questão das
137 remoções no HORTO – Rio de Janeiro, RJ. **6.** Foram formuladas três moções e uma
138 resolução. **7.** Sugestão de pauta para a próxima reunião do Comitê: a) informes cadernos
139 técnicos; b) retorno dos encaminhamentos da 50ª reunião do Conselho das Cidades; c)
140 campanha da Função Social da Propriedade, entrar em contato com o IBGE a respeito
141 da formulação da pesquisa sobre irregularidades urbanas – tema da Regularização do
142 Estatuto das Metrôpoles. **ENCAMINHAMENTOS: 1.** Foi sugerido para a próxima
143 reunião o Tema de conjuntura relativo às consequências da falta de saneamento básico.
144 **2.** Foi proposta a antecipação da 51ª Reunião do Conselho das Cidades para o começo
145 de fevereiro/2017 para debater a 6ª Conferência Nacional das Cidades.
146 **ENCERRAMENTO:** O Secretário Executivo do Conselho das Cidades, Ariel Pares,
147 considerou cumprida a pauta, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a
148 Reunião.